

WHISKY DUPLO OU CERVEJA? TENSÕES DO MASCULINO EM “STRESS”, DE LÍLIA MOMPLÉ

DOUBLE WHISKEY OR BEER? TENSIONS OF THE MASCULINE IN “STRESS”, BY LÍLIA MOMPLÉ

FABIO GUSTAVO ROMERO SIMEÃO¹

Universidade Federal da Paraíba

<https://orcid.org/0000-0002-7255-3216>

romerofabiogs@gmail.com.br

VANESSA RIAMBAU PINHEIRO²

Universidade Federal da Paraíba

<https://orcid.org/0000-0003-3137-2328>

vanessariambau@gmail.com

RESUMO: Questões a respeito do que definiria o homem e a mulher como entidades ontológicas fundamentalmente distinguíveis entre si ou sobre quais seriam os traços constitutivos daquilo que usualmente denominamos de masculinidade e feminilidade apareceram com frequência ao longo da história da humanidade, em paisagens e contextos os mais variados. No presente estudo, aproximamo-nos dessa vasta tradição discursiva ao propor uma leitura das relações de gênero dramatizadas no conto “Stress” (1997), de Lília Momplé. Acreditamos que o cenário esboçado pela escritora moçambicana na narrativa em questão consegue desvelar uma série de nuances da construção social da masculinidade de modo geral e, mais especificamente, das configurações particulares que esse construto sócio-histórico angariou no solo moçambicano, espaço profundamente marcado pela violência colonial e pela desordem (pós)moderna. Como suporte para nossa argumentação, evocamos o arcabouço teórico do feminismo e da teoria de gênero, com ênfase especial nos trabalhos de Raewyn Connell (1987; 2005a; 2005b).

PALAVRAS-CHAVE: Lília Momplé; Masculinidades; Conto moçambicano.

ABSTRACT: Issues about what would define men and women as ontological entities distinguishable from each other or about the constitutive traits of what we usually call masculinity and femininity have often

¹ Mestrando em Letras (na linha de pesquisa Estudos Africanos e Afro-Brasileiros) na Universidade Federal da Paraíba.

² Professora Associada de Literatura na Universidade Federal da Paraíba, onde atua na graduação e na pós-graduação. Possui pós-doutorado pela Universidade de Lisboa. É autora de dezenas de artigos e possui livros publicados no Brasil e em Moçambique. Coordenadora do grupo de pesquisa GeÁfricas.

appeared throughout history, in the most varied scenarios and contexts. In the present study, we will follow this discursive tradition by proposing a reading of the gender relations staged in the short-story “Stress” (1997), by Lília Momplé. We believe that the setting sketched by the Mozambican writer in the narrative in question can unveil a series of nuances of the social construction of masculinity in general and, more specifically, of the particular configurations that this socio-historical construct has garnered in Mozambican soil, a space deeply marked by colonial violence and (post)modern disorder. As support for our argumentation, we resort to the theoretical framework of feminism and gender theory, with special emphasis on the works of Raewyn Connell (1987; 2005a; 2005b).

KEYWORDS: Lília Momplé; Masculinities; Mozambican short-story.

INTRODUÇÃO

Questões a respeito do que definiria o homem e a mulher como entidades ontológicas fundamentalmente distinguíveis entre si, ou sobre quais seriam os traços constitutivos daquilo que, usualmente, denominamos de masculinidade e feminilidade, apareceram com frequência ao longo da história. O debate, por certo, já assumiu formatos e sentidos bastante variados – a depender tanto do contexto temporal e das coordenadas espaciais em que foi promovido quanto dos interesses políticos e subscrições ideológicas de seus promotores. Assim, desde a polimorfia dos deuses hindus que, segundo épicos como o *Mahabharata*, podiam transitar entre o sexo masculino e feminino a seu bel-prazer, passando pelo mito da androginia original, que Platão descreveu n’*O banquete*, e pela narrativa judaico-cristã do *Gênesis* protagonizada por Adão e Eva, até chegarmos às inúmeras teorias “científicas” que surgiram a partir do advento da modernidade através de disciplinas como a biologia, a medicina e a ciência jurídica, é notável que a diferença sexual dos corpos tem sempre instigado profundamente a imaginação humana. Qualquer revisão da vasta literatura produzida nos âmbitos da teoria feminista e dos estudos de gênero confirma essa constante e nos ensina como, em diferentes configurações sócio-históricas (Antiguidade Clássica, Medievo, Modernidade etc.) ou instituições sociais e suas esferas de atividade (família, Igreja, Estado e outras), o foco do problema já incidiu sobre os mais diversos aspectos – morais, religiosos, biológicos, psicológicos e políticos –, sem, apesar disso, ter se esgotado por inteiro. Com efeito, ainda hoje a experiência “genericada”³ da realidade material

³ Tentativa de aproximarmos do termo em inglês *gendered*, adjetivo que denota qualquer aspecto da realidade humana que sofra influência dos construtos sociais de gênero e que é bastante comum na literatura especializada.

continua sendo um fato medular da vida social que intriga não só pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento, mas também ativistas e outros grupos afins, suscitando uma discussão que inevitavelmente extrapola os limites mais restritivos da academia, pela natureza cotidiana e coletiva dos desafios que põe em cena.

Um modo simples de aferir a verdadeira extensão dos debates em torno dessa temática, ao menos nos circuitos ditos especializados, é não só a quantidade de arcabouços teóricos desenvolvidos a partir do século XX que lidam direta ou indiretamente com a ideia de gênero – o que, por si só, já é assaz sintomático de seu caráter profícuo –, mas também a sua patente riqueza e capacidade de desdobramento inovador. Alguns exemplos proeminentes disso são a psicanálise de Sigmund Freud, a releitura efetuada pelo seu continuador Jacques Lacan e as revisões mais recentes do edifício psicanalítico propostas por autoras como Hélène Cixous e Luce Irigaray; as filosofias existencial-feminista de Simone de Beauvoir e arqueológica/genealógica de Michel Foucault; além das importantes contribuições de uma série de outros pensadores vinculados em maior ou menor grau à virada pós-estruturalista das ciências humanas, que ocorreu do decênio de 1960 em diante. Atualmente, talvez uma das abordagens mais correntes seja aquela proposta por Judith Butler (2019) na sua conhecida obra *Problemas de gênero*, de 1990, em que recupera tópicos particulares a cada uma das correntes que acabamos de referir e as amplia de maneira bastante original.

De acordo com a filósofa estadunidense, o gênero, mais do que uma noção natural e estanque ou mesmo uma característica essencial de determinados sujeitos, que os precederia – e que permitiria classificá-los nas categorias sempre herméticas de homem ou mulher –, seria, ao contrário, um tipo de “estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2019, p. 69). Tratar-se-ia, desse modo, de uma concepção que entende o gênero enquanto eterno devir, isto é, como um processo contínuo e concomitante de criação e destruição que se esconde por trás de uma cortina ilusória de estabilidade. Por isso mesmo ele estaria muito mais próximo da *ação* de sujeitos sociais situados e limitados por um contexto histórico dado do que do *ser* – uma noção mais abstrata e que se torna quase supérflua⁴ pela sua pretensa atemporalidade e transcendência histórica. Assim, seguindo a lógica

⁴ Julgamos importante ressaltar que aquilo que estamos qualificando como “supérfluo” não é a pesquisa sobre gênero em si, mas uma abordagem em particular do problema de gênero que limita a discussão com noções um tanto quanto a-históricas/acríticas, como “identidade feminina” ou “personalidade masculina”. Seguindo os ensinamentos de Butler (2019) e Connell (1987;

levantada por essa perspectiva, em vez de colocar a questão em termos de “ser” homens ou mulheres, seria mais acurado procurar entender o “como” essas posições subjetivas foram construídas no decorrer do tempo, e de que maneira elas afet(ar)am as vidas dos indivíduos inadvertidamente conscritos nelas.

Embora reconheçamos a validade das proposições de Butler (2019) e concordemos com a maioria dos seus argumentos – em particular com aqueles que demonstram o caráter não-natural, discursivo e historicamente localizado do gênero –, para os fins deste trabalho iremos adotar uma outra perspectiva teórica – que, de todo modo, não vai de encontro aos pontos cardeais do raciocínio butleriano, apenas direciona a discussão do tema para paragens mais “concretas”, talvez graças a uma abordagem mais materialista e menos semiótica. Isso posto, será o pensamento de Raewyn Connell (1987; 2005a; 2005b) que informará a breve leitura do conto “Stress”, de Lília Momplé, que ora nos propomos a realizar. Ao menos desde a década de 1980, a socióloga australiana vem refletindo de maneira sistemática sobre problemas elencados em diferentes segmentos da sociedade (escolas, ambientes de trabalho, governo etc.) pela ideia de gênero e, mais particularmente, sobre as tantas vicissitudes que interpelam a experiência masculina no contemporâneo. Efetivamente, o seu nome é hoje em dia amplamente citado em estudos que se debruçam sobre a masculinidade – um campo específico que, pelo menos se comparado à sua contraparte feminina, ou seja, do estudo das mulheres e da crítica feminista no geral, ainda não possui uma tradição muito copiosa nem goza de tanta notabilidade teórica.

Situando-nos disciplinar e ideologicamente nessa tradição de estudos que teorizam criticamente o universo masculino – assim como os seus encontros/colisões com o universo feminino, conforme ficará evidente pela natureza relacional desses conceitos –, tencionamos ler a maneira pela qual Momplé projeta no conto mencionado (publicado na consagrada coletânea *Os olhos da cobra verde*, de 1997) duas modalidades distintas, senão abertamente antagônicas, de fazer-se homem. Partimos da hipótese de que essa discussão se dá especificamente através das figuras de duas personagens muito emblemáticas pelo peso simbólico e político que carregam no contexto pós-independência em Moçambique: por um lado, o solene e abastado major-general, apreciador do “whisky duplo com gelo” nas visitas domingueiras à sua amante, e, de outro, o simples e quase desvalido professor, que tem no “travo amargo” de “duas ‘médias’” (MOMPLÉ, 1997, p. 15,

2005b), consideramos que esse tipo de conceituação pressupõe a existência de uma essência naturalmente dada sobre o que viriam a ser feminilidade e masculinidade, o que negaria o condicionamento sócio-histórico dessas categorias e, em última instância, inviabilizaria qualquer tipo de análise de rigor científico.

grifo da autora) de cerveja o único momento de repouso e ócio em meio ao caos rompante da época da transição pós-colonial, profundamente agravado pelos horrores da guerra civil moçambicana. Como metonímias não só das suas respectivas condições financeiras e possibilidades de vida, tão abissalmente díspares, as bebidas associadas às personagens em questão acabam representando também a dissensão inerente ao constructo da masculinidade, tomada aqui (e no texto de Momplé) como uma verdadeira arena de luta, contestação e afirmação na qual diversos vetores de opressão intervêm para alocar diferentes tipos de homens em posições de poder claramente assimétricas.

Dito isto, o presente trabalho divide-se em duas partes independentes, porém intimamente correlatas. Num primeiro momento, de caráter primordialmente conceitual, apresentaremos alguns dos principais contributos teóricos de Connell (1987; 2005a; 2005b) acerca da realidade incontornável do gênero e da noção de masculino, dando ênfase particular ao modelo relacional que a autora arquitetou para pensar as distintas associações que se desenvolvem entre aquilo que ela chamou de formas hegemônica, subalterna e marginal da masculinidade. Num segundo momento, já propriamente analítico, recuperaremos e empregaremos os conceitos debatidos no tópico anterior para analisar tanto a construção diegética quanto a *performance* de gênero das personagens masculinas acima citadas, com o fito de ilustrar que a masculinidade, longe de ser um dado homogêneo e monolítico, apresenta-se, na verdade, dinâmico e movente como um caleidoscópio, repleto de formas, cores e tamanhos diferentes e em constante atrito/transformação.

NAS SOMBRAS DA HEGEMONIA, A DISSENSÃO: PENSANDO GÊNERO ATRAVÉS DA(S) MASCULINIDADE(S)

Na esteira da compreensão butleriana de gênero como um tipo particular de ação ou, para recuperar um termo já consagrado pela filósofa, *performance* constantemente reiterada – e de muitos outros modelos teóricos que também sublinham alguma noção de agência e dinamismo ao tratar do assunto –, Connell (1987, p. 140, tradução nossa) entende, desde uma de suas primeiras esquematizações a respeito, que gênero é “uma prática organizada em termos de, ou em relação à divisão reprodutiva das pessoas em macho e fêmea”. Daí decorre a sua insistência em tomá-lo como um “conceito de ligação” que aproxima e sobrepõe “outros campos da prática social com as práticas nodais de engendrar, dar à luz e paternidade/maternidade”

(CONNELL, 1987, p. 140, tradução nossa). Depreende-se – principalmente pelo destaque conferido aos conceitos de “prática organizada” e “prática social” – que longe daquilo que a psicologia conhece ora como personalidade ora como identidade, ou seja, de uma essência primordial das pessoas, do que elas são e de como seria “natural” que elas se comportassem em decorrência dessa realidade supostamente coerente, gênero é uma construção de cunho discursivo, sempre em aberto, visto que nunca termina de fazer-se por completo, oriunda do esforço humano por ir além daquilo que é apenas biologicamente determinado; é uma “tecnologia”⁵, por assim dizer, estruturalmente aplicada para organizar grupos de pessoas a partir de atributos arbitrários, mas que terminam sendo percebidos como inatos pela força centrípeta da repetição.

Nas palavras de Connell:

O gênero é uma forma de ordenar a prática social. Nos processos de gênero, a conduta cotidiana da vida é organizada em relação a uma arena reprodutiva, definida pelas estruturas corporais e processos de reprodução humana. Esta arena inclui a excitação sexual e o coito, o parto e o cuidado infantil, a diferença e semelhança de sexo físico. Chamo isto de “arena reprodutiva” e não de “base biológica” para enfatizar o ponto [...] de que estamos falando de um processo histórico envolvendo o corpo, não de um conjunto fixo de determinantes biológicos. O gênero é uma prática social que se refere constantemente aos corpos e ao que os corpos fazem, não é uma prática social reduzida ao corpo. [...] O gênero existe precisamente na medida em que a biologia *não* determina o social. (CONNELL, 2005b, p. 71, grifos da autora, tradução nossa)

Ao conciliar as duas principais caracterizações de Connell (1987; 2005b) sobre gênero, primeiro como “conceito de ligação” e depois como “forma de ordenar a prática social”, chegamos a um entendimento um pouco mais esclarecido desse fenômeno que, caso contrário, permaneceria bastante efusivo pela sua ubiquidade e (aparente) opacidade. Nessa linha de pensamento, o gênero funcionaria por meio de um conjunto de ideias e práticas corolárias umas das outras, que são artificialmente organizadas em torno de uma matriz dita biológica – ou de uma “arena reprodutiva”, na terminologia da autora em tela. Mais especificamente, ele atuaria vinculando aspectos diversos do convívio social (como a identidade, o temperamento, as aptidões pessoais etc. de cada um) com aspectos referentes à dimensão corporal e biológica da experiência humana como um todo (o desejo e o sexo, a reprodução, o cuidado infantil e outros), com inúmeras consequências na gestão e condução do espaço comunal em que se instala – tudo isso no intuito

⁵ Ao empregar o termo “tecnologia” para referirmo-nos à realidade do gênero, estamos fazendo uma menção indireta à pensadora italiana Teresa de Lauretis e seu célebre texto “A tecnologia do gênero”, publicado pela primeira vez em 1987.

último de (re)forçar limites nítidos entre dois mundos, que são formulados como sendo visceralmente opostos, o masculino e o feminino.

Se reconhecemos, ainda em concordância com as postulações de Connell (1987; 2005b), que o gênero atua como uma maneira de dar forma e “ordenar a prática social”, sobretudo mediante a invenção simbólica e posterior classificação/valorização binária dos corpos das pessoas entre machos (polo positivo) e fêmeas (polo negativo), também aceitaremos que ele necessariamente entra em contato com os demais vetores de força que moldam e dão sentido à vida em sociedade. Isso significa dizer que, segundo viemos argumentando, o gênero – e todas as práticas e valores vinculados a ele – não acontece *ex nihilo*, isto é, num “vácuo” ideológico, mas, ao contrário, atravessa e é atravessado por processos de ordem histórica, social e econômica que se dão de modo intermitente no seio de qualquer comunidade. É por isso que, ao tratar de gênero, torna-se imperativo assumir uma atitude criteriosa que nos afaste da onipresente tentação epistemológica de reificar comportamentos ou atributos que tanto o senso comum quanto a doutrina científica têm tipicamente rotulado como masculinos ou femininos.

Sobre essa realidade, Connell sustenta:

Tendo uma visão dinâmica da organização da prática, chegamos a uma compreensão da masculinidade e da feminilidade como *projetos de gênero*. Trata-se de processos de configuração da prática através do tempo, que transformam seus pontos de partida nas estruturas de gênero. (CONNELL, 2005b, p. 72, grifos da autora, tradução nossa)

É com essas premissas teóricas de valorização do caráter dinâmico, múltiplo e essencialmente plural da construção coletiva e historicizada de gênero – entendido mais como um processo ou “projeto” do que como um constructo já acabado e, portanto, imutável –, as quais orientam os trabalhos de Connell (1987; 2005b) acerca da masculinidade, que procuraremos avançar aqui. No seu seminal *Masculinities* (2005b), a socióloga inicia sua reflexão apresentando as principais abordagens teóricas que tradicionalmente dominaram o estudo do ser masculino, agrupando-as em quatro grandes escolas de pensamento: essencialista, positivista, normativa e semiótica. Segundo a autora, é inegável que cada uma dessas escolas de fato tenha contribuído de maneira significativa para a consolidação de uma ideia mais acertada do que seria a identidade masculina e de suas manifestações mais nocivas em uma sociedade marcadamente patriarcal. Tanto é que seus pressupostos foram extensamente aplicados em investigações de diferentes áreas do saber (antropologia,

sociologia, psicologia) e promoveram avanços sociais importantes no que se refere à equidade de gênero (maior participação feminina no mercado laboral e na política, direitos reprodutivos e outros). Todavia, Connell (2005b) é contundente ao afirmar que, em última instância, todas elas teriam fracassado na sua empreitada pelo fato de assumirem *a priori* que o fenômeno da masculinidade seria algo do tipo que poderia, com efeito, ser definido, ou seja, encapsulado e terminantemente limitado dentro de uma única noção considerada completa e universal, a qual, por sua vez, poderia dar conta de explicar algo que, mesmo na realidade cotidiana mais banal, já se apresenta de forma tão heterogênea, difusa e, não raro, contraditória⁶.

No centro do modelo proposto por Connell (1987; 2005b), encontra-se uma classe (ou tipo, paradigma, *performance*) específica do masculino, que ela nomeia de “masculinidade hegemônica” e que se torna um conceito-chave para pensarmos a questão em pauta:

A masculinidade hegemônica pode ser definida como a configuração da prática de gênero que encarna a resposta atualmente aceita ao problema da legitimidade do patriarcado, e que garante (ou ao menos é entendida como garantia de) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres. (CONNELL, 2005b, p. 77, tradução nossa)

À vista disso, e pensando primeiro em termos estritamente relacionais, a masculinidade hegemônica ocuparia uma posição de uma só vez estruturadora e dominante numa sociedade patriarcal, na medida em que funcionaria como causa e efeito da soberania masculina e da sua conseqüente dominação sobre as mulheres (e sobre certos tipos de homens expelidos da equação masculina em vigor).

Em uma de suas explanações mais antigas acerca do conceito de masculinidade hegemônica, Connell (1987) se dedica a esclarecer dois pontos que ela considera importantes para uma compreensão acurada desse conceito e que, não raro, suscitam mal-entendidos: 1) a questão da violência inerente a qualquer situação hierárquica, e 2) a verdadeira extensão que a ideia de hegemonia pode de fato atingir. No que se refere ao lugar que a violência ou a força bruta viriam a ocupar nos arranjos impostos pela lógica autoritária

⁶ Esse movimento discursivo, que procura “desessencializar”, por assim dizer, o conceito de masculinidade ao apontar para a sua realidade plural, insere-se numa tradição mais ampla de questionamentos e revisões que muitas disciplinas das ciências humanas vêm sofrendo nas últimas décadas, especialmente pela influência da virada pós-estruturalista que já mencionamos e da consolidação dos estudos pós/decoloniais como um todo. No âmbito específico do pensamento feminista e dos estudos de gênero, para limitarmos-nos a um exemplo mais próximo da nossa discussão, feministas negras, latino-americanas e de outros espaços pós-coloniais do chamado “sul global” têm relativizado (senão completamente “pulverizado”) a ideia de que “mulher”, entendido como um conceito único e universalmente abrangente, poderia dar conta de incluir experiências de mulheres que são diferenciadas por marcas de raça, classe, sexualidade, religião e nacionalidade.

da masculinidade hegemônica, faz-se indispensável ressaltar que, apesar de todo paradigma de dominação necessariamente implicar em alguma parcela de violência (seja ela física ou simbólica), visto que os dominadores são situados por cima dos dominados e impõem sobre eles a sua influência, a ascendência característica da masculinidade hegemônica não pode ser reduzida de modo tão simples. Efetivamente, os meios pelos quais a masculinidade hegemônica exerce e mantém sua soberania são bastante variados e complexos, por vezes elusivos a ponto de serem considerados naturais, e noutras ocasiões se apresentando de maneira mais ostensiva. Em todo caso, todavia, é deveras axiomático que os seus efeitos sejam proveitosos apenas para uns poucos escolhidos e extremamente prejudiciais para outros tantos.

Afora a dinamicidade própria ao conceito de gênero e às fissuras que qualquer tentativa de hegemonia inevitavelmente termina apresentando, a emergência e continuidade de formas alternativas de ser homem se explicam pela divisão assimétrica de poder que caracteriza nossa sociedade, que não é apenas patriarcal, mas também classista e racista. Ou seja, é a partir da congruência de diferentes vetores de opressão (do capitalismo, da ideologia racista e da cis-heteronormatividade, sobretudo) que se dá o cenário propício ao surgimento de diversas respostas que grupos sociais marginalizados formulam para lidar com os imperativos da masculinidade hegemônica.

OS DOIS LADOS DE UMA MESMA (CORROÍDA) MOEDA: MASCULINIDADES ARRUINADAS EM “STRESS”, DE LÍLIA MOMPLÉ

De modo a subverter a lógica patriarcal hegemônica que define as mulheres a partir de sua perspectiva, pretendemos analisar, aqui, o oposto: como se dá a representação literária das personagens masculinas sob a ótica de uma autora mulher. A nossa opção se justifica na medida em que, a despeito de posicionamentos no sentido de que relações de gênero não seriam tão prevalentes fora do Ocidente, a imiscuição colonizadora europeia legou ao continente africano, dentre outras coisas, também as suas tensões referentes à divisão sexual do trabalho e da sociedade. É inegável, pois, “a existência de uma ordem mundial de gênero [...] definida como a estrutura de relações que interligam os regimes de gênero das instituições com as ordens de gênero das sociedades locais em escala mundial” (CONNELL, 2005a, p. 72, tradução nossa), de modo que faz total sentido analisar certos aspectos das literaturas africanas em geral – e da moçambicana

em específico – à luz de postulados produzidos no e para o Ocidente. De fato, e como pretendemos ilustrar na breve leitura que oferecemos aqui, o aparato teórico formulado pela australiana Raewyn Connell (1987; 2005b) acerca dos conflitos inerentes ao universo masculino – o qual poderia ser desqualificado por alguns estudiosos pelo fato de ter sido pensado originalmente em um contexto ocidental – configura, na verdade, uma plataforma válida para analisar, refletir sobre e criticar os arranjos assimétricos de gênero e poder que se dão no cerne da sociedade moçambicana, ao menos a partir do cuidadoso e sempre arguto olhar de Lília Momplé.

A partir desse olhar em particular, então, deparamo-nos com o cenário desolador de “Stress”. Apenas a título de síntese, em termos gerais o conto narra a intimidade de duas famílias com perfis muito diferentes e que projetam, para além dos quadros mais restritos da narrativa, questões sociais, políticas e econômicas do Moçambique dos anos 1980. De um lado, encontra-se a família do professor, que figura como uma personagem frustrada e economicamente vulnerável, cada vez com mais parentes para sustentar devido à migração interna (do campo para as cidades) que marcou o período inicial da guerra civil; e, do outro, o major-general e sua amante, que desfrutam de uma condição financeira bastante confortável. Forma-se, dessa maneira, um contraste antagônico que denuncia a valorização desigual e injusta de dois pilares da nação africana pós-colonial: a educação e o exército, nomeadamente.

O conceito de “masculinidade”, segundo Connell (2005b, p. 68), só existe em relação a seu oposto simétrico, a “feminilidade”, uma concepção euro-(norte-)americana polarizada que data do século XIX, quando houve a divisão dos papéis masculino e feminino mediante a divisão do mundo burguês nas esferas pública e privada (doméstica). É preciso ter isso em mente quando da análise das condutas (ou *performances*) de gênero no conto em tela, haja vista a historicidade subjacente a tais constructos subjetivos. Assim, analisaremos as duas figuras masculinas do conto de Momplé – o professor e o major-general – a partir desses postulados, levando-se em conta não uma “base biológica” fixa, mas a “arena reprodutiva” em meio à qual os corpos atuam, ou seja, as condutas cotidianas que afetam a experiência corpórea, a personalidade e a cultura como um todo (CONNELL, 2005b, p. 71). Embora sejam múltiplos os referenciais de masculinidade possíveis – tantos quantos sejam as situações analisadas e os pontos de vista abordados –, pode-se falar numa “masculinidade hegemônica”: não como um tipo de personalidade fixa, imutável no tempo e no espaço, mas

como a (percepção de) masculinidade que ocupa a posição hegemônica em uma dada matriz de relações de gênero; uma posição sujeita, é claro, à contestação (CONNELL, 2005b, p. 76).

Como figura exemplar da masculinidade dominante no conto, temos o major-general, que, apesar de, atualmente (isto é, no tempo da narrativa), não mais exibir o vigor físico de outrora, não deixa de gozar os benefícios da hegemonia, na medida em que o seu histórico de guerrilheiro durante a guerra por independência ainda lhe confere certo esplendor de heroísmo – condição que é realçada pelo fato de ter lutado do lado dos vencedores, a Frelimo, que derrotou a Renamo na tomada de poder após a derrocada dos portugueses. Consequentemente, não é necessário que o major-general represente, em si, o ideal supremo do masculino, pois a hegemonia se estabelece na correspondência entre o ideal cultural e o poder institucional – coletivo, não individualmente considerado. Isso ocorre porque uma “reivindicação bem-sucedida de autoridade”, conforme ensina Connell (2005b, p. 77, tradução nossa), “mais do que a violência direta, é a [verdadeira] marca da hegemonia (embora a violência geralmente sustente ou ampare a autoridade)”, de modo que os detentores de grande poder institucional ou financeiro – como o é o major-general – podem desviar-se do padrão dominante em suas vidas individuais/pessoais. Assim, apesar de “agora volumoso e flácido”, seu passado glorioso e sua condição financeira mais do que confortável – como atesta a “baça frieza” de seu olhar, típica “da maioria dos abastados deste mundo” –, são mais do que suficientes para mantê-lo no topo da classificação da masculinidade, diferentemente do professor, que é descrito como alguém que contrasta diametralmente desse ideal masculino de riqueza e poder: “Ela agradou-se logo daquele rosto grave e melancólico, não obstante a extrema juventude dos seus traços. E também das mãos, ossudas e nervosas, que seguravam o copo de bebida com a delicada firmeza de quem tange as cordas de um instrumento” (MOMPLÉ, 1997, p. 13).

O que atrai a amante do major-general ao professor, como se vê, é justamente aquilo em que ele difere do seu homem: a melancolia, a juventude, a magreza, a “delicada firmeza” de suas mãos “ossudas e nervosas”. Trata-se de um pobre homem que não possui a aura de autoridade e segurança (de si) do major-general, e que, ao contrário, é apresentado como um ser taciturno e agitado, imerso em si mesmo o bastante para sequer notar a presença da mulher a lhe observar da janela oposta. Uma das *tensões* do conto, aliás, é justamente essa: uma mulher aguarda a chegada do amante enquanto observa seu vizinho, ressentida pelo (aparente) desprezo deste, que não lhe registra a presença do outro lado da rua e, não a desejando, fere-lhe o orgulho feminino.

Mas o professor não a percebe por estar imerso nos próprios pensamentos, mergulhado nas dores, preocupações e angústias de sua própria existência e ocupado demais para observar o entorno – a ele basta, à guisa de diversão dominical, a humilde cerveja que bebe enquanto assiste ao futebol, ciente de que uma outra semana de penosa labuta e parco salário o espera.

Tal posição na hierarquia da masculinidade recebe o nome de subordinação, da qual a homossexualidade representaria o degrau mais baixo (CONNELL, 2005b). Nesse espectro visualizado por Connell (2005b), categorias como hegemonia, dominação/subordinação e cumplicidade são úteis na medida em que estabelecem um quadro estrutural (ou esquemático) por meio do qual podemos situar as várias manifestações da masculinidade. Assim, tanto o pobre professor quanto o poderoso major-general seriam cúmplices nessa empreitada de manutenção da estrutura patriarcal que os mantém acima mesmo da mais bem colocada mulher dali.

Em concomitância às questões mais ligadas à dinâmica de gênero propriamente dita que estamos privilegiando e que o conto tão claramente desenha para nós, também poderíamos realizar uma leitura alegórica do enquadramento diegético dessas personagens masculinas. Assim sendo, o modelo masculino mais apreciado no contexto em foco – aquele performado pelo major-general – denota uma supervalorização por parte da estrutura administrativa moçambicana do componente militar, da “glória” do exército e da violência inerentes à profissão, em detrimento da alternativa performada pelo professor, que se vê financeira e socialmente desprezado. Tudo isso levando em consideração o ambiente social e histórico em que a narrativa se desenvolve, nomeadamente o da implantação de um regime socialista e da guerra civil que assolou Moçambique após a “Guerra pela Libertação”. Nesse sentido, o conto parece questionar quais seriam os valores promovidos pelo projeto de nação que naquele então estava sendo proposto para a sociedade moçambicana. Contrapõe-se à narrativa oficial, que situava os interesses das autoridades e líderes políticos no bem-estar social dos mais oprimidos pelo colonialismo, uma realidade mais cética, pessimista, na qual a afamada luta de classes não foi abolida, mas apenas reformulada.

Embora as vidas do professor e do major-general não se cruzem em momento algum da narrativa, o contraste entre as vivências de ambos reforça, na diferença entre suas respectivas experiências, as gradações da masculinidade e sua repercussão nos destinos individuais de cada um. O binômio dominação/subordinação, tão comumente abordado nas análises intergêneros, é subitamente colocado na

lógica interna da masculinidade, evidenciando, além de gradações entre os componentes do chamado universo masculino, como a dominação das mulheres nem sempre é garantia de benefício irrestrito para todos os homens, podendo ser, inclusive, a razão de sua ruína final. A tal masculinidade “subalterna” do professor se faz presente em quase todo o conto, como veremos a seguir. Sua total falta de interesse na amante do major-general faz com que ela se veja obsidiada por ele: ao constatar que “como sempre, aquele olhar resvalante a exclui do seu canto de visão” (MOMPLÉ, 1997, p. 9), ela segue o observando, entre obstinada e ofendida, “travando esta luta surda e inglória que se arrasta desde o primeiro domingo em que, depois do solitário almoço, ela se vestiu, maquilhou, perfumou e veio para a varanda” (MOMPLÉ, 1997, p. 12-13). E a dita-cuja, “toda oferecida e convicta do seu poder de sedução”, deseja-o precisamente por jamais ter sido por ele notada, ciente de que o faz “à revelia da [sua] própria vontade [...] com um frenesim inteiramente estranho à sua natureza fria e calculista” (MOMPLÉ, 1997, p. 13).

Ela não consegue compreender como, tendo sido sempre avessa à pobreza, ainda “dá consigo a embonecar-se, todos os domingos, especialmente para um **professor pelintra** que nem a vê” (MOMPLÉ, 1997, p. 13, grifo nosso). Sendo a dona das atenções do major-general, homem de invejável condição social e econômica, parece-lhe absolutamente incongruente (re)clamar a atenção de um reles professor maltrapilho que – ofensa imperdoável – nem mesmo registra sua presença do lado oposto da rua. Ela sequer consegue “encontrar consolo nos olhares cobiçosos de outros homens pois é [somente] deste que ela reclama a confirmação de sua feminilidade e beleza” (MOMPLÉ, 1997, p. 13). Quiçá por isso ela “se vingue” apontando-lhe a óbvia pobreza, enervada com o fato de ter sido por ele sempre desprezada. Mas sua vingança maior se dará no futuro, quando lemos, em forma de prolepse, que um dia ela será a única testemunha de acusação de um crime por ele cometido – um feminicídio. Rancorosa, ela então anunciará diante do juiz que “O réu cometeu o crime premeditadamente. Ele não gosta de mulheres, eu acho!”, numa clara afronta à virilidade de seu desafeto, ofensa maior quando se trata de (tentar) humilhar um homem, acusando-o de não ser “homem” justamente na seara onde a masculinidade é-lhe mais socialmente cobrada: o desejo e a *performance* sexual heteronormativa.

Assim encarada, podemos afirmar que a amante do major-general, ainda que não seja a mais proba das mulheres – posto que a sua condição de amante lhe situa aquém da posição das mulheres “respeitáveis” da sociedade –, tem a honra ferida – sua desejabilidade, no caso – e nada pode fazer a respeito, já que se oferecer

mais ostensivamente para o homem que a ignora seria um despautério impensável. Resta-lhe, então, o ódio e a fermentação de um rancor que entrará em erupção no pior momento e da pior maneira possível. Todavia, no presente, ela ainda ignora que viverá o triunfo da vingança, quando, “com [...] fulgor maligno” (MOMPLÉ, 1997, p. 14), encarará o professor até ser proferida a sentença condenatória final – e este se perguntará, confuso, por que o odeia tanto essa mulher que ele mal conhece e da qual tem “apenas uma ideia vaga e imprecisa, de alguém que, casualmente, se avista de relance” (MOMPLÉ, 1997, p. 13).

O professor, que, naquele domingo, está, como de costume, às voltas com os tantos problemas que o afligem, não percebe a mulher que o observa, ocupado que está com a penúria material que o assola e, por conseguinte, também lhe atinge a família. A baixa posição que ocupa no estrato social atesta, também, um demérito, uma diminuição de sua masculinidade – sobretudo naquele contexto geográfico-temporal específico, em que todas as obrigações pecuniárias do lar recaem invariavelmente sobre os ombros masculinos. A mísera cerveja que bebe aos domingos, aliás, é uma extravagância à qual ele se permite justamente para tentar escapar um pouco da dura realidade que o cerca, fazendo-o esquecer-se, ainda que brevemente, do pesado fardo de tantas bocas a alimentar – já que é “casado, pai de quatro filhos e que tem a casa a abarrotar de parentes fugidos da guerra” (MOMPLÉ, 1997, p. 13). Recebe-os mesmo sem ter como porque “bebeu no leite materno o espírito de solidariedade que o leva a acolhê-los e a repartir com eles o pouco que possui” (MOMPLÉ, 1997, p. 16), uma atitude certamente honrosa – e moralmente digna de todos os aplausos –, mas que acaba fazendo com que as suas (já escassas) finanças se vejam cada vez mais comprometidas:

É assim que a vida do professor não é propriamente vida mas uma contínua luta diária para “desenrascar” o sustento da família, com um mínimo de dignidade. Por isso ouvir o relato de futebol bebendo cerveja, nas tardes de domingo, constitui para ele o único oásis de despreocupação, no deserto dos seus agitados dias sem perspectiva. [...] **A esposa sempre lhe compreendeu a necessidade de evasão nas tardes de domingo. Porém, à medida que as privações se agudizam, vai diminuindo também a sua compreensão.** E esta manhã, pela primeira vez, criticou-o. (MOMPLÉ, 1997, p. 17-18, grifos nossos)

É compreensível que, face à *estressante* (vide o título do conto em tela) situação financeira que enfrenta, o professor busque refúgio na bebida, assim como também é justificável a crescente irritação da mulher ante a carência por que passam os filhos – de material escolar, livros e roupas – e ela própria, “dado

que possui apenas dois vestidos desbotados” (MOMPLÉ, 1997, p. 18). Temos, aqui, um homem vítima do ideal de masculinidade vigente – posto que não dispõe de recursos materiais bastantes para sustentar a própria família –, bem como uma mulher vítima da opressão patriarcal – uma vez que não lhe cabe prover o próprio sustento nem auxiliar o marido em tal empreitada, tendo em vista a cisão público/privado, trabalho/domesticidade que serve de base para a ideologia burguesa que alija a mulher dos serviços remunerados. A crise instalada, pois, é fruto direto dessa disparidade: o homem que não recebe dinheiro suficiente – o que o professor ganha “mal dá para a família não morrer de fome” (MOMPLÉ, 1997, p. 16) – sendo obrigado a se desculpar para a mulher por algo que, embora obviamente escape ao seu controle, fere-lhe o orgulho de macho na medida em que limita a concretização de um dos mais importantes papéis, o de provedor: “Aborrece-o, não tanto a [...] censura da mulher mas, sobretudo, o facto de se ver obrigado a mentir para a sossegar. Sabe perfeitamente que **amanhã não vai ter dinheiro para [...] os filhos, provavelmente mal poderá alimentá-los**” (MOMPLÉ, 1997, p. 15-16, grifos nossos).

Será em função desse aborrecimento que se abaterá sobre a família do professor um fim trágico. Conforme já aludimos, a personagem termina cometendo um crime, nomeadamente o assassinato da sua esposa. Além da crítica de teor feminista, na medida em que se lança luz sobre uma realidade nefasta que afeta diariamente milhares de mulheres no país, o episódio de violência domiciliar carrega uma série de particularidades que servem para desenvolver ainda mais o tópico da sufocação masculina – promovida a princípio por ideais de gênero muito exigentes, mas profundamente agravada pelo contexto de desordem social e penúria econômica em Moçambique durante os primeiros anos da pós-independência. O desespero por não conseguir prover o sustento para sua família provoca no personagem a reação exacerbada:

Lentamente, muito lentamente como quem se move numa outra dimensão, o professor levanta-se da cadeira e dirigindo-se à mulher que o fita perplexa, com ambas as mãos apodera-se-lhe da garganta que vai apertando, apertando, até que ela deixa de estrebuchar e, escorregando, acaba por cair, inerte, no chão. (MOMPLÉ, 1997, p. 18)

Após alguns momentos de desavença, no entanto, o professor levanta-se na direção da mulher e termina asfixiando-a. Se compreendermos o caso de violência desde um prisma narratológico, e levando em consideração a leitura de gênero que ora propomos para o conto, poderíamos dizer que ao vitimar fatalmente sua esposa, o professor estava, de certo modo, silenciando as vozes que o lembravam do seu fracasso

masculino, isto é, da sua inabilidade em prover sustento para sua família. Sendo assim, além de silenciar sua esposa – visto que ela efetivamente faleceu e, por isso, suas reclamações vieram a um fim –, o professor também se livrou da testemunha mais concreta da sua desgraça, daquela que o obrigava a enxergar sua tragédia pessoal. Ao eliminar sua companheira, então, eliminou ao mesmo tempo o obstáculo mais preeminente na sua tentativa de divagação recreativa, tanto é que, depois de ter cometido o funesto ato, simplesmente limitase a continuar suas atividades: “Assim a deixa o marido que se instala de novo na cadeira de napa, ouvindo o relato até ao fim e beberricando a cerveja até a última gota” (MOMPLÉ, 1997, p. 18).

Ademais, o episódio também se presta a reafirmar uma das constatações teóricas de Connell (2005b), segundo quem a masculinidade hegemônica não é, necessariamente, aquela que será mais nociva para as mulheres – pelo menos nos sentidos mais restrito e imediato possíveis, já que, conforme viemos discutindo, ela é, de fato, um constructo com consequências finais bastante prejudiciais. De acordo com a socióloga, a depender de um conjunto de fatores de variada ordem, os arranjos relacionais entre homens mais próximos da norma hegemônica e suas companheiras podem manifestar diferentes graus de (des)harmonia, não se reduzindo maquinalmente ao binômio algoz/vítima. Em “Stress”, por exemplo, podemos verificar isso na medida em que a situação das duas mulheres retratadas é completamente oposta; a amante do major-general – em tese, aquele que detinha as dádivas da hegemonia – gozava de conforto e segurança, enquanto a esposa do professor – aquele que, mesmo sendo homem e, em vista disso, portador de inúmeros privilégios e vantagens com relação a sua mulher, ocupava, dentro da lógica masculina, um lugar subordinado – sofreu com a vulnerabilidade econômica e acabou perdendo a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do nosso trabalho, procuramos refletir acerca dos diferentes aspectos que relativizam a experiência masculina na contemporaneidade. Para tanto, recorreremos, sobretudo, aos estudos da socióloga australiana Raewynn Connell (1987; 2005a; 2005b), nos quais encontramos uma esquematização teórica consistente e sistemática para pensar de modo crítico diversos avatares da masculinidade. Assim, pudemos,

por exemplo, compreender a lógica contestatória por trás das *performances* masculinas mais relevantes, nomeadamente a hegemônica, a subalterna e a marginal.

Além disso, numa perspectiva eminentemente literária, procuramos transpor as ferramentas conceituais elaboradas por Connell (1987; 2005a; 2005b) ao universo diegético de Lília Momplé. A escritora moçambicana, comprometida como é em retratar os quadros mais intempestivos do seu país, oferece uma paisagem deveras surtida de episódios cotidianos, de agentes comuns, mas sempre com uma tonalidade feminina muito singular. Com efeito, em um grande número de seus textos podemos ler as dificuldades e desavenças que as mulheres moçambicanas precisaram suportar/superar em diferentes momentos da sua história.

No caso das narrativas que compõem as fileiras de *Os olhos da cobra verde* (1997), e mais especificamente de “Stress”, é o momento pós-colonial – tanto num sentido temporal quanto teórico – que ganha forma pela pena (in)discreta de Momplé. No conto em foco, escolhemos evidenciar duas figuras que consideramos representativas, metaforicamente falando, de dois tipos bastante antagônicos de masculinidade (hegemônica e subalterna), mas também, já em um sentido metonímico, de propostas/projetos de nação quase inconciliáveis: a do militar e a do professor. De fato, a partir das caracterizações narratológicas de ambas as personagens, como também das personagens contíguas a elas, foi possível discernir as maneiras e subterfúgios que o constructo do masculino encontra para lidar com diferentes vetores de força/opressão, responsáveis, por seu turno, por dar forma e substância ao tecido social.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CONNELL, R. W. *Gender and Power: Society, the person and sexual politics*. Cambridge: Polity Press, 1987.

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ESTUDOS DA LINGUAGEM – v. 10, n. 1 (2022)

DOSSIÊ: TECENDO MEMÓRIAS, PRESERVANDO HERANÇAS, ILUMINANDO CAMINHOS: VOZES FEMININAS NAS LITERATURAS AFRICANAS EM LÍNGUA PORTUGUESA

CONNELL, R. W. Globalization, Imperialism, and Masculinities. In: KIMMEL, Michael S.; HEARN, Jeff; CONNELL, R. W. (Eds.). *Handbook of Studies on Men and Masculinities*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005a, p. 71-89.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2005b.

GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. Trad. Fernando Cabral Martins. Lisboa: Vega, 1979.

MACÊDO, Tania; MAQUÊA, Vera. *Literaturas de língua portuguesa: marcos e marcas – Moçambique*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.

MARTINS, Izabel Cristina Oliveira. *Pelas sendas do feminino: diáspora e exílio nas literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Pá de Palavra, 2021.

MOMPLÉ, Lília. Stress. In: _____. *Os olhos da cobra verde*. Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 1997, p. 7-19.

Submissão: 28 de fevereiro de 2022

Aceite: 05 de maio de 2022